

## Nzinga Mbandi contra a colonização portuguesa de Angola

**Mariana Bracks Fonseca**

Mestre em História Social

Universidade de São Paulo (USP)

[maribracks@gmail.com](mailto:maribracks@gmail.com)

**RESUMO:** Nzinga Mbandi é a mais famosa e controversa personagem da história de Angola no século XVII. Pretendemos neste artigo, analisar a trajetória política de Nzinga tendo em vista o conturbado contexto da expansão da colonização portuguesa na África Central e da instituição do comércio de escravos, principalmente no período em que representou maior oposição aos portugueses, nas décadas de 1620 a 1640. Buscamos compreender as estruturas de poder que havia no reino do Ndongo e como os portugueses criaram a colônia de Angola através do avassalamento dos sobas, construção de presídios, controle das feiras e composição de um exército africano que servia a seus interesses. Entendemos Nzinga como a principal líder da resistência contra a presença portuguesa em Angola no período, pois além de dar asilo a centenas de escravos fugitivos, impediu feiras e desorganizou a cobrança dos impostos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nzinga Mbandi, Angola, Jagas, Resistência negra.

**ABSTRACT:** Nzinga Mbandi is the most famous and controversial character in the history of Angola in the 17<sup>th</sup> century. We intend here to analyze the political trajectory of Nzinga in the troubled context of expanding Portuguese colonization in Central Africa, and of the slave trade, principally in the 1620's and 40's, during which Nzinga represented the major opposition to the Portuguese. We attempt to understand the power structures in place in the kingdom of Ndongo and Portugal created the colony of Angola by the subjugation of sobas, by building prisons, controlling markets and organizing an African army to serve their interests. We understand that Nzinga Mbandi was the most important leader of the resistance against the Portuguese presence in Angola in this period, because she gave asylum to many fugitives slaves, obstructed markets and disrupted tax collection.

**KEYWORDS:** Nzinga Mbandi, Angola, Jagas, Black resistance.

### Introdução

Nzinga Mbandi é uma das mais famosas personalidades da história centro-africana e a mais bem documentada rainha do reino do Ndongo.<sup>233</sup> Muito se escreveu sobre Nzinga, desde o século XVII, com diferentes matizes e abordagens.

---

<sup>233</sup> As fontes primárias que evidenciaram a vida de Nzinga Mbandi são muitas, citamos: CARDONEGA, Antônio de Oliveira. *História geral das guerras angolanas*. (1681). 3 v. Lisboa, 1972; CAVAZZI, Giovanni. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Tradução, notas e índices pelo Pe. Graciano Maria de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965; GIOIA DA NAPOLI, Frei. *La meravigliosa conversione alla Santa Fede di Cristi della Regina Sina e del suo regno di Matamba*. Nápoles, 1669; HEINTZE, Beatrix. *Fontes para a história de Angola*. Vol. I. Memórias, relações e outros manuscritos da Colectânea Documental de Fernão de Sousa (1622-1635). Studien zur Kulturkunde, Bd. 75. Stuttgart: Steiner 1985; \_\_\_\_\_. *Fontes para a história de Angola*. Vol. II. Cartas e documentos

Sua longa trajetória política (1622-1663) suscitou muitos e variados olhares. A literatura europeia do século XVIII a descreveu como uma tirana selvagem, de comportamento bizarro e hábitos canibais.<sup>234</sup> Historiadores portugueses, no século XX, tentaram omitir a hostilidade de Nzinga para com os portugueses e reforçaram, pelo contrário, sua conversão ao catolicismo e as relações harmoniosas que ela mantinha com os missionários e com outros governadores em Luanda durante os últimos anos de sua vida.<sup>235</sup> Esta perspectiva, claramente associada aos projetos coloniais, enxergaram Nzinga Mbandi como co-autora do tráfico negreiro, na tentativa de legitimar a atividade e transferir a culpa da escravidão aos chefes africanos.

A partir da década de 1960, novos estudos surgiram de historiadores não portugueses, menos vinculados aos interesses coloniais, que analisaram Nzinga no âmbito da política interna do Ndongo e Matamba<sup>236</sup>. Miller e Thornton analisaram a vida política de Nzinga, o primeiro questionou sua legitimidade enquanto o segundo buscou os precedentes históricos que pudessem legitimar sua ascensão ao trono do Ndongo em 1624<sup>237</sup>.

Em Angola, Nzinga foi exaltada pelos movimentos políticos, nas décadas de 1960-1970, como uma líder da resistência “proto-nacionalista”, sendo a única heroína em comum exaltada tanto pelo MPLA como pela UNITA<sup>238</sup>.

Nzinga Mbandi foi, de fato, uma personagem ambígua e contraditória, sendo possível falar de sua história de múltiplas formas: foi batizada como cristã pelo governador português; assumiu o título Ngola e depois de destronada do Ndongo; assumiu o título *Tembanza*, o mais importante na hierarquia dos kilombos Jagas; conquistou o reino de Matamba e após 40 anos de guerra contra os portugueses, passou seus últimos anos como cristã, em comunicação direta com o Papa.

No presente trabalho adotamos a perspectiva da longa duração, pensamos a atuação política e militar de Nzinga Mbandi no contexto da colonização portuguesa de Angola buscando compreender as dinâmicas de poder já existentes no reino do Ndongo. Pretendemos entender

---

oficiais da Colectânea Documental de Fernão de Sousa (1624-1635). Studien zur Kulturkunde, Bd. 88. Stuttgart: Steiner 1988.

<sup>234</sup> CASTILHON, J.-L. *Zingha, Reine d'Angola*. Histoire Africaine. Bourges: Edition de l'Association Gaymede, 1993. Para uma análise da presença de Nzinga Mbandi na literatura e na historiografia, ver PANTONJA, Selma. Revisitando a rainha Nzinga: historiografias e identidades. In: MATA, Inocência (org.). *Rainha Nzinga Mbandi*. História, Memória e Mito. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

<sup>235</sup> DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Vol. II, III. Lobito: Livraria Magalhães, 1961. CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937. 1ª edição publicada entre 1792-1799.

<sup>236</sup> VANSINA, J. *Kingdoms of Savana*. Madison: Univ. of Wisconsin Press, 1966. BIRMINGHAM, D. *Trade and Conflict in Angola: the Mbundu and their neighbors under the influence of the Portuguese, 1483-1790*. Clarendon Press, 1966.

<sup>237</sup> MILLER, Joseph. Nzinga of Matamba in a new perspective. *The Journal of African History*. Cambridge, v. 6, n. 2, p. 201-216, 1975. THORNTON, John. Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663. *The Journal of African History*. Cambridge, v. 32, n. 1, p. 25-40, 1991.

<sup>238</sup> ABRANCHES, H. *MPLA. História de Angola*. Porto: 1976; UNITA: *Identity of a Free Angola*. Luanda: Jamba: 1985.

como os portugueses conseguiram articular o tráfico negreiro por meio do avassalamento dos sobas (governantes locais), construção de presídios em lugares estratégicos e o controle das feiras, e como os africanos aceitaram- ou não- a presença portuguesa em seus territórios.

Pretendemos aqui evidenciar as conclusões da dissertação de mestrado, em que entendemos Nzinga Mbandi como líder da resistência Mbundo contra a colonização portuguesa. Pensamos “conquista” e “resistência” em Angola não como um simples binômio de opostos, mas como um complexo cenário, em que as diversas forças combatiam de forma ambígua e variável. Não se trata de brancos contra negros, muito menos de europeus contra africanos. O jogo de alianças era flutuante o bastante, não permitindo tais simplificações.

Por mais que se tenha discutido que a colonização africana contou com o apoio de alguns chefes africanos e que foram múltiplas as formas de combate desempenhadas pelos diversos atores, fica difícil fugir do termo “resistência” quando se tem uma empresa colonial articulada como era aquela montada pela Coroa portuguesa em Angola no século XVII. A “conquista” de Angola era claramente colocada e defendida.<sup>239</sup> E contra a implementação e consolidação desta empresa lutou Nzinga Mbandi.

Destacamos sua atuação militar e política. Militar porque queremos entender as estratégias de batalha que Nzinga usou para desorganizar a rede comercial que Portugal penava para construir, e política porque reuniu em torno de si centenas de pessoas das mais diferentes etnias e encabeçou a formação de uma grande confederação de sobas descontentes com a presença portuguesa na África Central, reunindo-os em torno de uma causa comum. Focamos, principalmente, no período entre 1624 e 1630, em que se acirraram os litígios entre Nzinga e o governo português e em que a ação contra a consolidação do tráfico negreiro foi mais evidenciada.

### **O reino do Ndongo antes da chegada dos portugueses**

O Ndongo foi se centralizando ao longo do século XVI em torno da insígnia de poder *ngola*, originalmente pedaços de ferro que serviam de mediadores entre o mundo dos vivos e dos mortos da linhagem e ajudava seu guardião a resolver disputas pela prática da adivinhação e decidir questões referentes ao bem-estar de seus parentes<sup>240</sup>.

O detentor da insígnia recebeu o título Ngola e se transformou no fundamento de um novo tipo de estrutura política, em que as diferentes linhagens formavam uma ampla rede de

---

<sup>239</sup> CARDONEGA, Antônio de Oliveira. *História geral das guerras angolanas*. (1681). 3 vols. Lisboa, 1972.

<sup>240</sup> MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Trad. De Maria da Conceição Neto. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995, p. 63.

alianças e reconheciam a autoridade deste título dominante. Ngola impôs sua soberania a praticamente todas as formações sociais entre os rios Bengo, Kwango e Kuvo, principalmente sobre a etnia Mbundo. O comércio, que acompanhou a expansão militar, foi integrado numa estratégia de distribuições de títulos e posições entre as linhagens, permitindo aos ocupantes do título Ngola-Kiluanje influenciar linhagens muito distantes e se estender para muito além de suas fronteiras étnicas, o que Parreira chamou de “Diáspora A-Ngola”.<sup>241</sup> O Ngola era considerado sagrado, detentor de poderes especiais que garantiam a fertilidade, as chuvas e o bem-estar da comunidade.<sup>242</sup> A crença de que o chefe político tem o poder de chamar e controlar as chuvas aparece em várias outras partes da África, revelando a associação comum entre poder político e fenômenos naturais<sup>243</sup>.

A centralização em torno de um soberano permitiu que o Ndongo conquistasse a soberania em relação ao reino do Congo, que até as primeiras décadas do século XVI, proclamava-se “senhor dos Ambundos”.<sup>244</sup> A obrigação de homenagens àquele reino foi se extinguindo aos poucos e a independência definitiva foi marcada pela batalha do Ndande (1556), quando o *mani*Congo tentou submeter o Ngola pelas armas, mas foi derrotado pelo potente exército do vassalo rebelado.<sup>245</sup>

Os sobas compunham o poder político do Ngola e lhe pagavam tributos (chamados baculamentos) em troca de proteção contra ataques de forasteiros, o que deu segurança às comunidades e possibilitou a avanço da agricultura e o crescimento populacional.

O Ndongo contava com uma ampla rede comercial, que conectava diferentes povos e mercadorias da África Central. Cadornega registrou sobre os Mbundo “são muito inclinados a feiras, e para comprarem barato e venderem caro, tem tantas manhas que nenhuma nação lhes faz vantagem”.<sup>246</sup> Havia rotas comerciais consolidadas, a partir de vias terrestres, fluviais e marítimas, em que o rio Kwanza ganhava importância primordial, conectando o interior ao litoral. Os europeus já encontraram um sistema de trocas organizado e usaram as rotas comerciais pré-existentes para inserirem seus produtos nos mercados africanos.

---

<sup>241</sup> PARREIRA, A. *Economia e sociedade na época da Rainha Jinga*. (Século XVII). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 176.

<sup>242</sup> CAVAZZI, Giovanni. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, p. 254.

<sup>243</sup> SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África e os africanos antes dos portugueses*. 3ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 35. HEINTE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Estudos sobre Fontes, Métodos e História, Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 57.

<sup>244</sup> *Cartas do rei do Congo D. Afonso*. Introdução, notas e comentários e modernização do texto por Antonio Luiz Ferronha. Grupo de Trabalho do M. da Educação para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses. doc. 5 (1512), p. 25; doc. 6 (1514), p. 26; doc. 15 (1526), p. 53.

<sup>245</sup> HEYWOOD, Linda e THORNTON, John. *Central Africans, Atlantic Creoles and the foundation of America. 1585-1660*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 54.

<sup>246</sup> CARDONEGA, Antônio. *História geral das guerras angolanas*. Vol. I. p. 32.

### “Conquista portuguesa”

As duas primeiras expedições que buscaram tecer relações com o Ngola foram fracassadas. O escrivão da missão de 1520, Baltasar de Castro, foi aprisionado pelo Ngola e permaneceu como refém por seis anos. A missão de 1560 também não logrou êxito e o Ngola prendeu Paulo Dias de Novais, que era o capitão da caravela, e o jesuíta Francisco de Gouvéia. O primeiro foi autorizado a retornar a Portugal em 1555, supostamente para buscar ajuda militar para o Ngola, enquanto o padre morreu em cativo.

Em 1571, Paulo Dias de Novais recebeu carta de doação de D. Sebastião, nos moldes das donatárias no Brasil, determinando que a conquista do chamado reino de Angola deveria ser feita sem ajuda financeira ou de qualquer outra coisa por parte da Coroa. As relações entre o Ngola e o novo “governo de Angola” começaram pacíficas nos primeiros anos, com uma política de colaboração que foi, em poucos anos, substituída pela conquista territorial armada. Os portugueses adentraram no interior seguindo o rio Kwanza e construíram fortalezas em pontos estratégicos, que garantiam o funcionamento das feiras e marcavam militarmente a presença lusa nas regiões conquistadas. As fortalezas serviram também para armazenar alimentos e escravos que aguardavam caravanas para o litoral, assim como guarnecer a região com soldados e armamentos.

Para conseguir efetivar o projeto colonial pelo interior, o governo português desenvolveu uma política de submissão dos sobas. Os poderosos que aceitavam cooperar com os anseios coloniais portugueses passavam por um ritual de vassalagem, análogo aos rituais medievais, muito usado por Portugal em suas conquistas ultramarinas. Os elementos essenciais do contrato de vassalagem eram, por parte do vencido, a declaração de consentimento, apoio militar, pagamento de tributos, fidelidade e obediência a Portugal; e por parte do vencedor, a promessa de proteção e investidura. O vassalo continuava a ser livre, porém passava a dever lealdade e obediência à Coroa portuguesa era ainda obrigado a cooperar com os projetos colonizadores: abrigar e alimentar soldados, mercadores e traficantes em suas terras; aliar-se aos aliados e ser inimigo dos inimigos portugueses; dar passagem às tropas e pumbeiros; manter as feiras comerciais abertas em seu território.

Os sobas avassalados eram obrigados a pagar tributos em escravos e disponibilizar homens para lutarem nas guerras coloniais pelo interior, a chamada “guerra preta”. Alguns sobas se submeteram voluntariamente, esperando assim alterar a correlação de forças políticas existentes, contudo a maioria dos sobas foi submetida à força. Suas opções ficavam entre: resistência, execução, deportação para o Brasil como escravo ou o avassalamento. Alguns

optaram por oferecer a vassalagem quando pensavam que a guerra para submetê-los estava próxima ou quando o Ngola representava um mal maior.

A guerra era um meio eficiente de garantir a sujeição de um soba e, mesmo após o avassalamento, tudo era usado como justificativa para se atacar um soba: inadimplência no pagamento dos tributos exigidos, aliança com inimigos, insubordinação. Frequentemente e por qualquer razão, os portugueses atacavam sobas que já haviam se avassalado, escravizavam a população - sobretudo a masculina - e substituíam os líderes por chefes mais leais ao governo português. Criou-se um ambiente de terror constante em que a obediência era garantida pelo receio das armas.

Apesar de a Coroa recomendar governos pacíficos, as guerras estiveram sempre presentes nos orçamentos coloniais. A supremacia militar europeia na África foi questionada por John Thornton, que afirmou que os portugueses tiveram que combinar táticas, estratégias e armas africanas com as europeias, criando uma “nova arte da guerra em Angola”, que foi adotada por ambos os lados do conflito. As guerras angolanas foram lutadas por africanos contra outros africanos. Os portugueses eram poucos e inexperientes nos negócios da guerra pelo sertão angolano. Os brancos que iam lutar em Angola não resistiam às intempéries do clima, morriam rapidamente ou, se enviados para o campo de batalha, desertavam e fugiam. Os exércitos portugueses em Angola eram largamente uma força africana sob sua própria estrutura de comando, com europeus simplesmente servindo como generais. A “guerra preta” foi essencial para que Portugal conseguisse submeter os sobas e prosseguir com a conquista territorial, pois agregava pessoas que conheciam a geografia local, sabiam como se comportar nas densas matas e como manusear e se defender das principais armas usadas pelos africanos. Mas ao mesmo tempo, a dependência da “guerra preta” deixava os portugueses em situação vulnerável, pois muitos negros desertavam ou recusavam-se a cooperar bem no meio das batalhas.

Para garantir êxito nas operações militares e aumentar o fluxo de escravos, alguns governadores portugueses se aliaram a bandos Jagas, guerreiros nômades que viviam de saques e razias às comunidades Mbundo. Estes combatentes haviam se desprendido das linhagens de origem e passaram a se organizar em kilombos, acampamentos militares que se deslocavam segundo as necessidades do grupo. Por serem arduamente treinados nas artes militares, governadores portugueses perceberam que eles poderiam ser úteis para o comércio de escravos. Os mandatos de Manuel Cerveira Pereira, Bento Banha Cardoso, Manuel Pereira Forjaz e Luiz Mendes de Vaconcelos (que juntos governaram de 1603 a 1621) foram marcados pela ampla utilização dos Jagas como mercenários nas guerras de escravização dos povos Mbundo. Alguns

bandos foram estimulados pelos portugueses a atacar vilarejos e aprisionar a população em troca de armas e bebidas, o que gerou milhares de escravos para o comércio transatlântico. Miller afirmou que a conquista portuguesa só ocorreu, ainda que parcialmente, devido ao apoio dos Jagas. Em tempos pacíficos, estes guerreiros capturavam os agricultores locais para serem vendidos como escravos e, em tempos de guerra oficialmente declarada, juntavam-se às expedições portuguesas. Havia uma relação de complementaridade entre os interesses Jagas e portugueses: enquanto os primeiros preferiam guardar os rapazes mais novos ainda não submetidos à circuncisão das linhagens para serem iniciados nos rituais dos kilombos, os portugueses se interessavam por homens e mulheres adultos para serem escravizados na América. Em consequência da parceria econômico-militar entre portugueses e Jagas, um grande empório de escravos se desenvolveu nas proximidades do médio Lukala. Como os bandos guerreiros conseguiam capturar mais escravos do que era absorvido pelos canais oficiais do governo, paralelamente desenvolveu-se um sistema ilegal do tráfico em benefício dos próprios governadores, que desviaram os lucros exorbitantes para o enriquecimento pessoal. A aliança entre o governo português e Jagas gerou uma contradição no sistema colonial, pois muitos sobas invadidos ficavam incapacitados de saldarem o tributo em escravos exigidos pela Coroa.

Em 1617, Luiz Mendes de Vasconcelos foi escolhido para governar Angola, com objetivo de regulamentar o comércio de escravos e reverter para a Coroa os impostos de exportação, mas a sucessão no trono do Ndongo naquele mesmo ano lhe pareceu o momento propício para subjugar Ngola Mbandi- recém-entronado- e dominar o reino. Em seu plano inicial, Vasconcelos propunha o uso das táticas tradicionais europeias para vencer estas guerras e denunciava o uso dos Jagas, que haviam sido utilizados como “cães farejadores” para transformar injustamente os habitantes locais em escravos. Mas rapidamente percebeu que a extraordinária força militar que eles conseguiam mobilizar poderia lhe ser útil para ameaçar o Ngola. A construção do forte de Ambaca, muito próximo à capital Cabaça, levou a guerra contra o Ndongo em 1617. Para atacar o Ngola, Luiz Mendes de Vasconcelos contou com o expressivo apoio dos bandos dos Jagas Caza Cangola, Donga e Cassanje, mas as alianças com os Jagas eram flutuantes e guiadas mais por seus interesses momentâneos do que por laços de fidelidade. Em diversos momentos, os mesmos líderes que serviam aos portugueses os atacavam em batalhas posteriores. O poderoso Jaga Cassanje, após invadir o Ndongo, recusou-se a abandonar as terras por ele ocupadas e passou a ser considerado um dos principais inimigos dos portugueses.

Ngola Mbandi foi derrotado e se refugiou na ilha de Kindonga, no Kwanza. Quando João Correia de Souza assumiu o governo de Angola em 1621, encontrou a conquista em situação deplorável, com as feiras paralisadas e os sobas insubmissos. Procurou Ngola Mbandi para

acertar a paz e retirar o Jaga Cassanje do território ocupado, pois este estava impedindo a reorganização do comércio, recusava-se a vender “peças” e constantemente atacava as caravanas que por ali passavam. Ngola Mbandi, por sua vez, também sofria com a presença de Jaga Cassanje, pois perdera grande parte de seu território.

### **Nzinga Mbandi contra a os portugueses**

Para negociar a paz com os portugueses, Ngola Mbandi mandou em 1622 uma embaixada a Luanda, comandada por sua irmã mais velha, Nzinga Mbandi. Na ocasião, Nzinga firmou um tratado que estabelecia a expulsão do Jaga Cassanje e a saída dos portugueses de Ambaca. Nzinga foi batizada pelo governador e recebeu o nome de Anna de Sousa. Entretanto, o acordo não foi cumprido e Ngola Mbandi morreu desgostoso na ilha de Kindonga em 1624.

Nzinga Mbandi se apoderou das insígnias de poder e após assassinar seu sobrinho - o herdeiro legítimo - assumiu o reino do Ndongo, em um cenário político conturbado, dilacerado pelas sucessivas guerras.

Era grande o fluxo de pessoas que fugiam de seus territórios de origem e buscavam proteção em outras partes e neste contexto de intensa mobilidade, levas de escravos fugiam de seus senhores e buscavam proteção junto a Nzinga. A grande fuga de escravos para o junto de Nzinga passou a preocupar o governador, sobretudo porque a maioria eram kimbares- escravos ou forros entregues pelos sobas para servirem como soldados a favor dos portugueses de acordo com os tratados de vassalagem e atuavam principalmente na defesa dos presídios. Uma vez que os kimbares eram militarmente treinados, a fuga para as fileiras de Nzinga significou grande fortalecimento de seu exército e, ao mesmo tempo, representou a perda do contingente militar português e seu consequente enfraquecimento. Heintze pensa a fuga de escravos como a forma mais significativa e eficaz de resistência, que levaria à liberdade real dos indivíduos aprisionados .

Muitos sobas já avassalados passaram a apoiar Nzinga e romperam os laços com os portugueses. Ela soube se aproveitar de outros conflitos na África Central e atraiu os sobas descontentes com a colonização portuguesa para sua frente de resistência, por exemplo o poderoso soba Ambuíla (Mbwila), que se negava a pagar tributos aos portugueses. Como Nzinga se recusava a devolver os fugitivos sem que antes se cumprisse o acordo de 1622, o governador Fernão de Souza, em 1626, arquitetou um golpe político, destituindo-a do trono do Ndongo e proclamando um novo rei, Are a Kiluanje.

Nzinga tentou, através da via diplomática, impedir o apoio a Are a Kiluanje, que era formalmente um súdito seu. Enviou comitivas a Ambaca e a Luanda a fim de anular o acordo de



vassalagem de Are a Kiluanje e propôs seu exílio, prometeu obediência ao rei de Espanha, se dizendo cristã, e reafirmou seu desejo de paz e sua disposição para negociações. Ao mesmo tempo, Nzinga se fortificou na ilha de Kindonga e intensificou a propaganda anti-lusitana, agregando em torno de si muitos sobas da região do Kwanza, como os sobas do Musseque e da Quissama, que já estavam levantados contra os portugueses. Em uma demonstração de forças, Nzinga atacou uma comitiva de Are a Kiluanje quando esta saía da fortaleza de Ambaca, matando três portugueses e prendendo outros seis. Este ataque foi a justificativa que faltava ao governo português para declarar guerra justa contra ela, que passou a ser considerada a principal inimiga dos portugueses em Angola. Fernão de Souza deu ordens ao capitão-mor Bento Banha Cardoso para travar combate contra Nzinga nas ilhas do Kwanza. O ano de 1626 foi marcado por intensa perseguição, da qual conseguiu escapar movendo-se sorrateiramente de uma ilha a outra, enganando os inimigos. Nzinga fugiu para a Tunda (Libolo) onde consagrou a união com o bando do Jaga Caza e assumiu o título feminino mais importante na hierarquia do kilombo, o de tembanza, responsável pelos rituais de invencibilidade dos Jagas, que remetia à lendária rainha guerreira Temba Ndumba.

Destacamos que, ao se unir aos Jagas, Nzinga passou a contar com grande número de guerreiros bem treinados e altamente organizados, como prescrevia a hierarquia do kilombo, e assim aumentou significativamente seu poder bélico e garantiu sua segurança para se movimentar. Acreditamos que lutar ao lado de Nzinga imprimiu consciência política a estes bandos guerreiros que, em momentos anteriores, viviam vagando sem se prenderem a linhagens, roubando comidas e pessoas. Ao colocarem seus kilombos- “máquinas de guerra” - à disposição de Nzinga, passaram a compor a frente de resistência contra a ameaça estrangeira, encontrando uma razão de ser e guerrear muito maior do que o aprisionamento de Mbundos.

Na liderança do bando do Jaga Caza, Nzinga percorreu grande parte do território do Ndongo agregando milhares de pessoas em sua luta contra a presença portuguesa. Nzinga e os bandos Jagas por ela liderados atacavam sistematicamente as feiras de Pungo Ndongo (a nova capital do reino) e de Ndala Kisua, na região do Mbondo. Em 1628, Nzinga e o Jaga Caza retornaram às ilhas do Kwanza onde reuniram enorme batalhão. Mas ao mesmo tempo, tentavam atuar diplomaticamente a fim de anular o apoio português a seu rival Ngola Are, que assumiu o trono do Ndongo depois da morte de Are a Kiluanje e era declarado como filho de uma escrava.

Após a separação do Jaga Caza, Nzinga continuou exercendo papel de liderança nos bandos Jagas. Em maio de 1629, o kilombo de Nzinga foi invadido e ela fugiu de forma impressionante pela Quina Quineni, descendo um desfiladeiro amarrada em cipós. Depois desta

admirável fuga, declarada como sua segunda expulsão do Ndongo, Nzinga foi para o Songo e buscou proteção junto ao Jaga Cassanje, seu antigo rival e grande inimigo dos portugueses.

A aliança com o poderoso Jaga Cassanje lhe deu forças para conseguir, por volta de 1630, conquistar o reino de Matamba, tradicionalmente governado por mulheres. Em Matamba, Nzinga assumiu o título central e formatou um estado inteiramente novo, calcado nas instituições Jagas. Dali, montou um forte comando contra a colonização portuguesa na região e agregou vários sobas descontentes em uma grande confederação, cujo principal objetivo era minar a presença lusa em Angola.

A chegada dos holandeses em Luanda, em 1641, foi vista por Nzinga como uma oportunidade de conseguir aliados estrangeiros para sua luta anti-lusitana. Formou-se uma rota ligando Matamba a Luanda, pela qual Nzinga recebeu muitas armas de fogo e pólvora. Uma tríplice aliança contra os portugueses foi formada neste período, congregando os reinos de Matamba, Congo e Cassanje, que atuou até a expulsão dos holandeses em 1648.

### **Conclusões**

Talvez seja “romântico” afirmar que Nzinga travou uma luta contra a comercialização de pessoas. Em um contexto em que a moeda corrente em Angola era o escravo e que a escravidão já era, há muito, instituída, parece falta de realismo afirmar que Nzinga tentou impedir o comércio negreiro. Mas sem querer idealizar esta personagem, defendemos a ideia de que Nzinga Mbandi contribuiu para a diminuição do tráfico negreiro, pelo menos no período em que se acirrou a rivalidade contra os portugueses, entre 1624-1641. Talvez não fosse uma luta ideológica contra a escravidão, provavelmente não era e é difícil supor que isto fosse possível em pleno século XVII, mas suas ações acabaram por ter esta consequência.

Primeiramente, ao conceder asilo aos escravos fugidos, Nzinga contribuiu para aumentar a esperança de liberdade. Sob sua proteção, esses indivíduos conseguiram se libertar do jugo da escravidão imposta pelos portugueses. Nota-se que não foram poucos, “mas senzalas inteiras” que fugiam para junto de Nzinga. Entendemos isto como uma movimentação anti-escravatura que ocorreu de forma maciça em Angola no século XVII.

Outra forma de atuar contra a expansão do comércio de escravos foi o impedimento das feiras, que Nzinga atacava de forma sistemática, principalmente nas décadas de 1620-1640. A feira de Ndala Kisua foi a principal aposta portuguesa de retomar o comércio- principalmente de escravos- no interior, mas Nzinga em diversas investidas conseguiu paralisar as atividades ali. Nesta articulação, o Jaga Kalunga Kakwanza bloqueava a rota do Mbondo, provocando a

imediate diminuição dos escravos que eram outrora encaminhados para Luanda . O isolamento do Mbondo aos comerciantes de Luanda, provocado pelas ofensivas de Nzinga, afetou drasticamente o tráfico transatlântico. Em 1627, depois de sofrer vários ataques dos guerreiros de Nzinga, determinou-se o fechamento da feira de Ndala Kisua. A feira de Pungo-a-Ndongo, onde residia o novo rei Ngola Are, também foi diversas vezes atacada por Nzinga e pelos Jagas sob seu comando, principalmente enquanto travava a ferrenha luta contra o soberano instituído, entre os anos de 1624 a 1631 .

Não apenas Nzinga combatia a organização do comércio de escravos: ainda em 1611, os sobas do Lumbo atacaram as feiras realizadas em Ango , obrigando os portugueses, sob o comando de Bento Banha Cardoso, a criarem o presídio do mesmo nome para se protegerem e garantirem o funcionamento da feira. Os habitantes da Quissama, desde o início da presença portuguesa na região, impediam a navegação no rio Kwanza - a principal via de acesso dos escravos à Luanda- desarticulando assim a malha que sustentava o comércio negreiro. O Ndembo Ambuila, com o apoio de importantes chefes do norte do Ndongo, como Kakulo Kakabonda e Kiluanje Kakango, também conseguiu interditar a feira que era realizada em Ambuila após o ataque português em 1626 que visava tomar posse das minas de cobre da Mbamba .

Pensamos que o grande êxito de Nzinga tenha sido justamente unir todos estes chefes descontentes com a presença portuguesa em uma grande confederação. Ela conseguiu agregar o mani Congo, os sobas da Quissama, do Lumbo, do Libolo, dos Songo e alguns sobas do Kwanza em torno de sua campanha contra os portugueses. Assim, ela se tornou uma referência política para além das fronteiras de seu antigo reino, tornou-se uma liderança que atuava em diversos territórios da África centro-ocidental, levantando a bandeira de luta contra a presença portuguesa.

Se sua luta não era diretamente contra o tráfico de escravos, indiretamente ela atingiu este objetivo, atacando a principal motivação da presença portuguesa em Angola, que era justamente o comércio de escravos. Tanto que Fernão de Sousa, no término de seu mandato, justificou-se pelo fracasso econômico da colônia, alegando que não havia feiras porque Nzinga sempre as desfazia e as constantes guerras que se fazia contra ela dificultavam a organização do comércio .

Nzinga também conseguiu desarticular a cobrança dos baculamentos e prejudicar assim a colonização portuguesa. Em 1625, organizou diversos ataques militares impedindo que os sobas saldassem os pagamentos. Fernão de Sousa registrou que muitos sobas se negavam a pagar os tributos e passaram para o lado de Nzinga, prejudicando consideravelmente a receita portuguesa. Temendo perder todos os sobas aliados para as fileiras de Nzinga, o governador recomendava suavidade nas cobranças. Lembrando que os baculamentos eram pagos, na maioria das vezes, em

“peças da Índia”, podemos afirmar que a atuação militar de Nzinga impediu que centenas de pessoas fossem dadas como escravas aos portugueses.

O sucessor de Fernão de Sousa, Manuel Pereira Coutinho, noticiou ao rei que a guerra entre Nzinga e Ngola Are pelo reino do Ndongo levava a insubmissão de muitos sobas e a fuga de outros tantos deixava as terras desertas, sem “haver trato e comércio por estarem os caminhos tapados e impedidos”. O governador lamentava que os partidários de Nzinga faziam o que queriam, assaltando até os presídios portugueses.

Alguns historiadores destacaram as atividades de Nzinga enquanto colaboradora do tráfico negreiro, principalmente durante a invasão holandesa (1641-1648), em que Matamba, sob seu domínio, passou a ser o maior exportador de escravos da região. De fato, não se pode negar o envolvimento de Nzinga com esta atividade, a mais lucrativa na época, que lhe garantiu o acesso a mercadorias disputadas, como armas de fogo e munições. Mas discordo do posicionamento de Miller, que parece querer acusá-la de ser uma das principais agentes deste tráfico, anulando sua ação contrária ao comércio de escravos. Se por um lado, não devemos romantizar a personagem, também não podemos responsabilizá-la pelas maiores atrocidades que ocorreram em sua época. Culpar os africanos pela existência do tráfico parece ser uma opção que tende a eximir os europeus do papel que tiveram na articulação da escravidão atlântica.

Nzinga Mbandi, ao longo de sua trajetória política, desempenhou múltiplos papéis, que poderiam ser considerados contraditórios, mas que, se analisados no contexto político no Ndongo do século XVII, revelam a sua luta pelo poder e para manter os povos que a ela iam se agregando livres do jugo colonial.

Nzinga Mbandi é um exemplo de como as autoridades africanas não aceitaram a nova realidade imposta pela colonização europeia, ao contrário, sua atuação política e militar mostra como os chefes centro-africanos lutaram contra a presença estrangeira e como buscaram desarticular a principal atividade econômica: o comércio transatlântico de escravos.

Recebido em: 20/11/2013

Aceito em: 26/03/2014